OPROCESSO : TC/008816/2017
ORIGEM : Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe
ASSUNTO : 037– Aposentadoria Compulsória ou por Implemento de Idade
INTERESSADO : Francisco Alberto Lima
PROCURADOR : João Augusto Bandeira de Mello – Parecer nº 389/2020
RELATOR : Conselheiro Substituto Rafael Sousa Fonsêca

DECISÃO TC 32.198 PRIMEIRA CÂMARA

EMENTA: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe. Aposentadoria Compulsória. Professor de Educação Básica. Legalidade para fins de registro. Proventos Proporcionais. Regime de revisão anual. Decisão unânime.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decidem os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, em Sessão Virtual da Primeira Câmara, por unanimidade de votos, julgar pela **LEGALIDADE**, para fins de registro, da Aposentadoria Compulsória do servidor público **Francisco Alberto Lima**, tendo direito ao regime de **revisão anual** na revisão dos seus proventos, nos termos da Proposta de Decisão do Conselheiro Substituto Relator.

Aracaju/SE, 12 de maio de 2020.

Conselheira SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS
Presidente

Conselheiro Substituto RAFAEL SOUSA FONSÊCA
Relator

Fui presente:

PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

Arquivo assinado digitalmente por SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS:29429307568 em 01/06/2020 11:16:51
Arquivo assinado digitalmente por RAFAEL SOUSA FONSÊCA:36182583304 em 01/06/2020 11:19:54
Arquivo assinado digitalmente por JOÃO AUGUSTO DOS ANJOS BANDEIRA DE MELLO:88998878453 em 01/06/2020 20:54:55

RELATÓRIO

Tratam os autos do **Processo TC/008816/2017** de Aposentadoria Compulsória do servidor **Francisco Alberto Lima**, inscrito no CPF nº 063.270.600-72, ocupante do cargo de **Professor da Educação Básica**, Nível: 4S, Classe: I, do quadro pessoal estatutário da Secretaria de Estado da Educação, aposentado por meio da Portaria nº 1708/2017, (fls. 53), devidamente fundamentada na forma da lei e publicada no Diário Oficial do Estado (fls. 55).

O Parecer Técnico e Jurídico do Sergipe Previdência (fls. 51) considerou que em 07/07/2015 o servidor preencheu os requisitos legais exigidos para a aposentação, com proventos proporcionais no valor de **R$ 2.993,25 (dois mil, novecentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos)**, de acordo com os cálculos elaborados às fls. 50, opinando, portanto, pelo **deferimento** do pedido de aposentadoria compulsória, com base legal no art. 27, parágrafo único da LC nº 113 c/c art. 40, §1º, II da CF/88 com redação da EC nº 41/2003, o que foi acatado por unanimidade pela Diretoria Executiva do referido Instituto (fls. 52).

A Coordenadoria Jurídica deste Tribunal de Contas, em Parecer Jurídico de fls. 58/59, se manifestou pela legalidade do ato de aposentadoria compulsória, estando apta a ser registrada, com garantia de proventos proporcionais e reajuste pela revisão anual, com fulcro no art. 27, § único, da LC nº 113 c/c art. 40, § 1º, II, da CF/88, redação da EC 41/2003.

O representante do Ministério Público Especial, o douto **Procurador João Augusto Bandeira de Mello**, no Parecer nº 389/2020 (fls. 63), com base na documentação que instrui os presentes autos, opinou pelo reconhecimento da legalidade do ato e registro da inativação do servidor em epígrafe, sob o regime da revisão anual e da proporcionalidade dos proventos, com os cálculos ofertados pela COJUR.

É o relatório.

Arquivo assinado digitalmente por SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS:29429307568 em 01/06/2020 11:16:51
Arquivo assinado digitalmente por RAFAEL SOUSA FONSÊCA:36182583304 em 01/06/2020 11:19:54
Arquivo assinado digitalmente por JOÃO AUGUSTO DOS ANJOS BANDEIRA DE MELLO:88998878453 em 01/06/2020 20:54:55

PROPOSTA DE DECISÃO

Compulsando a documentação acostada aos autos, destaca-se que o processo em tela foi adequadamente instruído, e, que o interessado preenche as condições para a Aposentadoria Compulsória, nos termos do art. 27, parágrafo único da LC nº 113 c/c art. 40, §1º, II da CF/88 com redação da EC nº 41/2003.

Ainda de acordo com os documentos juntados ao presente feito, depreende-se que o tempo de contribuição para efeito de aposentadoria corresponde a **27 anos, 06 meses e 28 dias** (10.063 dias), e que este contava **70 anos** de idade na data do requerimento da aposentadoria, contando ainda com mais de **dez** anos de efetivo serviço público e mais de **cinco** anos no cargo em que se deu a aposentadoria.

Em relação ao valor dos proventos, examinando os autos, verifica-se ainda que o beneficiário faz jus a proventos **proporcionais** no montante de **R$ 2.993,25 (dois mil, novecentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos)**, conforme planilha de cálculos apresentada (fls.50).

Em consequência do preenchimento das condições mencionadas, o interessado tem direito à aplicação do **regime de revisão anual** em seus proventos, em conformidade com o art. 40, §8º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n° 41/2003.

Por oportuno, observo ainda que o processo em tela foi adequadamente instruído na forma da Resolução TC nº 284, de 17 de outubro de 2013, que instituiu e regulamentou o processo eletrônico relacionado à concessão de aposentadorias, disponibilidade, reformas, transferência para reserva remunerada, pensões e suas revisões, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

Ante toda a fundamentação apresentada, que passa a integrar o dispositivo como se nele estivesse transcrita, apresento **PROPOSTA DE DECISÃO**, pela legalidade, para fins de registro da Aposentadoria Compulsória concedida ao interessado, devendo ser observado o regime de revisão anual em seus proventos,

Arquivo assinado digitalmente por SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS:29429307568 em 01/06/2020 11:16:51
Arquivo assinado digitalmente por RAFAEL SOUSA FONSÊCA:36182583304 em 01/06/2020 11:19:54
Arquivo assinado digitalmente por JOÃO AUGUSTO DOS ANJOS BANDEIRA DE MELLO:88998878453 em 01/06/2020 20:54:55

em consonância com o posicionamento do Ministério Público Especial e da Coordenadoria Jurídica.

É a Proposta de Decisão.

Isto posto, e

CONSIDERANDO que o processo em tela foi adequadamente instruído, de acordo com a Resolução TC nº284/2013;

CONSIDERANDO os pareceres do Ministério Público Especial e da Coordenadoria Jurídica desta Corte de Contas;

CONSIDERANDO a Proposta de Decisão apresentada pelo Relator e o mais que dos autos consta;

DECIDE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em Sessão Virtual da **Primeira Câmara**, realizada no dia **12/05/2020**, por unanimidade de votos, considerar **LEGAL**, para fins de registro, a concessão de Aposentadoria Compulsória ao servidor público **Francisco Alberto Lima**, inscrito no CPF sob o nº 063.270.600-72, Professor de Educação Básica, Nível: 4S, Classe: I, do quadro pessoal estatutário da Secretaria de Estado da Educação, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição no montante de **R$ 2.993,25 (dois mil, novecentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos)**, tendo direito ao **regime de revisão anual** em seus proventos, nos termos da Proposta de Decisão do Conselheiro Substituto Relator, conforme discriminação a seguir:

Arquivo assinado digitalmente por SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS:29429307568 em 01/06/2020 11:16:51
Arquivo assinado digitalmente por RAFAEL SOUSA FONSÊCA:36182583304 em 01/06/2020 11:19:54
Arquivo assinado digitalmente por JOÃO AUGUSTO DOS ANJOS BANDEIRA DE MELLO:88998878453 em 01/06/2020 20:54:55

APURAÇÃO DOS PROVENTOS	
Tempo de contribuição	**Valor dos Proventos**
12.775 dias (35 anos de tempo de contribuição)	R$ 3.799,94 (base para cálculo do benefício – média aritmética)
10.063 – 27 anos, 06 meses e 28 dias (tempo de contribuição do servidor)	**R$ 2.993,25** **(valor proporcional apurado)**

Participaram do Julgamento o **Conselheiro Carlos Pinna de Assis** (Presidente em exercício e Relator), a **Conselheira Maria Angélica Guimarães Marinho** e o **Conselheiro Substituto Alexandre Lessa Lima** (em substituição a Conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas. Esteve presente na sessão o Procurador **Eduardo Santos Rolemberg Côrtes**.

Presente o Conselheiro Substituto **Rafael Sousa Fonsêca** (Relator) com Proposta de Decisão.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Sessão Virtual do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE**, em Aracaju, **02 de junho de 2020.**

Conselheira SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS
Presidente

Conselheiro Substituto RAFAEL SOUSA FONSÊCA
Relator

Fui presente:

PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

Arquivo assinado digitalmente por SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS:29429307568 em 01/06/2020 11:16:51
Arquivo assinado digitalmente por RAFAEL SOUSA FONSÊCA:36182583304 em 01/06/2020 11:19:54
Arquivo assinado digitalmente por JOÃO AUGUSTO DOS ANJOS BANDEIRA DE MELLO:88998878453 em 01/06/2020 20:54:55